

Das Margens ao Centro: Uma linha do tempo sobre a trajetória da presença indígena na UFMG

From the Margins to the Center: A Timeline of the Trajectory of Indigenous Presence at UFMG

Monaliza Alcantara¹

Claudia Mayorga²

Resumo: O artigo apresenta uma linha do tempo construída a partir de narrativas de docentes que atuam com acesso e permanência de estudantes indígenas na UFMG. Utiliza história oral, memória e análise documental para compreender a presença indígena na universidade. Destacam-se o Curso de Formação Intercultural para Educadores Indígenas (FIEI) e o Programa de Vagas Suplementares. Entre 1910 e 2024, observa-se o impacto das lutas indígenas pelo ensino superior. Apesar dos avanços, os desafios de permanência persistem. A presença indígena é entendida como processo político em disputa. O texto reconhece Minas Gerais como território indígena e propõe uma universidade decolonial e comprometida com a justiça social.

Palavras-chave: Educação Indígena. Ações Afirmativas. Universidade Federal de Minas Gerais. Permanência Estudantil. Decolonialidade.

Abstract: This article presents a timeline built from narratives of professors involved in policies for the access and retention of Indigenous students at UFMG. It draws on oral history, memory, and document analysis to understand Indigenous presence at the university. Key initiatives include the Intercultural Teacher Training Program for Indigenous Educators (FIEI) and the Supplementary Admission Program. From 1910 to 2024, the impact of Indigenous struggles for higher education is evident. Despite progress, retention challenges remain. Indigenous presence is seen as a political process under constant negotiation. The text recognizes Minas Gerais as Indigenous territory and advocates for a decolonial university committed to social justice.

Keywords: Indigenous Education. Affirmative Actions. Federal University of Minas Gerais. Student Retention. Decoloniality

¹ Doutoranda no programa de pós-graduação em psicologia social da Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: monalizasilvadealcantara@gmail.com. ORCID: 0009-0006-2787-849. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6624124556612084>

² Professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: claudiamayorga@ufmg.br. ORCID: 0000-0003-1728-0726. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8982681063835719>



**Das Margens ao Centro:
uma linha do tempo sobre a trajetória da presença indígena na UFMG**
Monaliza Alcantara & Claudia Mayorga

Introdução

Este artigo resulta de pesquisa de mestrado (Alcantara, 2025) realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). A partir de um olhar atento às dinâmicas que atravessam a presença indígena em espaços institucionais, construímos uma linha do tempo que evidencia marcos, processos e movimentos relacionados à presença dos povos indígenas no território da UFMG. Além disso, o artigo busca fomentar reflexões mais amplas sobre a presença indígena no estado de Minas Gerais - território onde a universidade está localizada - considerando os apagamentos históricos, os processos de resistência e as formas de reivindicação por reconhecimento e pertencimento que marcam essa trajetória.

A população indígena em Minas Gerais é de aproximadamente 36.699 pessoas, o que representa 0,18% da população do estado. Embora seja o terceiro estado com a menor proporção de população indígena no Brasil, é importante destacar que de acordo com a Associação Nacional de Ação Indigenista (ANAI, s.d), diversos povos estiveram ou estão presentes no território mineiro, entre eles: os povos Aranã Caboclo, Aranã Índio, Borun Kren, Catu-Awá-Araxá, Guarani, Kamakã, Kamakã Mongoió, Kaxixó, Kiriri, Krenak, Maxakali, Maxakali Canoeiro, Mukurin, Pankararu, Pataxó, Pataxó Hã Hã Hãe, Puri, Tapuio, Terena, Tupinambá, Tuxá, Xakriabá, Xukuru-kariri. Por isso, é necessário reafirmar que Minas Gerais é território indígena.

Muitos dos povos mencionados anteriormente já não habitam o território mineiro. Entre os motivos, destacam-se os processos de extermínio ocorridos durante o período colonial e as migrações para outros territórios, por razões diversas. Esses eventos provocaram deslocamento e reduziram a presença de comunidades indígenas que, historicamente, integravam a região. Ainda assim, é importante salientar que alguns povos permanecem resistindo, reivindicando seus direitos territoriais, culturais e sociais no estado de Minas Gerais.

A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com *campi* em Belo Horizonte e Montes Claros, reúne uma comunidade acadêmica de aproximadamente 52.486 pessoas,



**Das Margens ao Centro:
uma linha do tempo sobre a trajetória da presença indígena na UFMG**
Monaliza Alcantara & Claudia Mayorga

segundo dados da Diretoria de Avaliação Institucional (2021). Desse total, 45.038 são estudantes, sendo 34.482 matriculados em cursos de graduação. Na UFMG, o acesso ao ensino superior por estudantes indígenas ocorre de três formas. Uma delas é pelo Sistema de Seleção Unificada (Sisu), que é um sistema informatizado do Ministério da Educação (MEC) do Brasil, que gerencia o processo seletivo para ingresso em instituições públicas de ensino superior. Utilizado por universidades e institutos federais, o Sisu oferece vagas em cursos de graduação presenciais. As cotas raciais, nele previstas, buscam promover a igualdade de oportunidades para grupos historicamente excluídos, constituindo ação afirmativa destinada a estudantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas.

Além do Sisu, estudantes indígenas podem ingressar na universidade pelo Curso de “Formação Intercultural para Educadores Indígenas” (FIEI) e do “Programa de Vagas Suplementares para Estudantes Indígenas”. Essas modalidades consolidaram-se como importantes caminhos de acesso à UFMG por parte dessa população, fruto de lutas históricas por inclusão e reconhecimento no ensino superior. É, portanto, pertinente apresentar com mais detalhes o funcionamento desses dois programas, que desempenham um papel central na promoção do acesso de estudantes indígenas à UFMG. São frutos de articulações políticas e institucionais construídas ao longo dos anos, e sua compreensão é fundamental para analisar as dinâmicas de inclusão e permanência indígena na universidade.

O Curso de “Formação Intercultural para Educadores Indígenas” (FIEI), sediado na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, existe desde 2009 e tem como principal objetivo formar e habilitar professores(as) indígenas com licenciatura plena. O foco está em prepará-los(as) para lecionar nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, com especialização em quatro áreas: Línguas, Artes e Literaturas, Matemática, Ciências da Vida e da Natureza e Ciências Sociais e Humanidades.

A formação é contextualizada segundo a realidade dos povos indígenas, incluindo as políticas públicas e a implementação de escolas interculturais bilíngues. Além disso, enfatiza a relação com o território, considerando os desafios de acesso e sustentabilidade. O curso tem duração de quatro anos, incluindo a disciplina obrigatória de Língua



**Das Margens ao Centro:
uma linha do tempo sobre a trajetória da presença indígena na UFMG**
Monaliza Alcantara & Claudia Mayorga

Brasileira de Sinais (Libras). A estrutura do curso é flexível, adaptando-se ao projeto sociocultural de cada estudante, e combina atividades na UFMG com ações desenvolvidas nos territórios indígenas.

A coordenação do Curso é realizada por um Colegiado que inclui representantes do corpo discente e um Conselho Consultivo de Lideranças Indígenas. O processo seletivo é exclusivo para indígenas e, nos últimos anos, formou estudantes de diversas etnias, em parceria com órgãos como o Ministério da Educação, a Fundação Nacional do Índio, a Fundação Nacional de Saúde e a Fundação Mendes Pimentel. Na última década, concluíram o curso estudantes das etnias Xacriabá (MG), Pataxó (MG e BA), Pataxó Hã Hã Hãe (BA), Maxakali (MG), Pankararu (PE), Guarani Mbya (ES e RJ), Guarani Nhandeva (RJ).

Outro caminho importante de acesso à graduação na UFMG é o “Programa de Vagas Suplementares para Estudantes Indígenas”, instituído como programa permanente a partir da **Resolução da UFMG nº 15/2016**, de 30 de agosto de 2016. Inicialmente concebido como um projeto experimental em 2009, o programa surgiu em resposta às demandas das lideranças indígenas por maior inclusão no ensino superior e mais diversidade na formação acadêmica.

A partir de 2017, o Programa passou a contar com um colegiado específico para sua gestão, conforme regulamentado pela **Resolução nº 06/2017**, de 2 de maio de 2017, aprovada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFMG. Essa regulamentação teve como base o parágrafo único do art. 57 do Estatuto da Universidade e o artigo 4º da Resolução nº 15/2016 do Conselho Universitário, que ratificam a institucionalização do programa. Com isso, o “Programa de Vagas Suplementares” consolidou-se como uma política afirmativa estruturante, voltada à ampliação da presença indígena nos diversos cursos de graduação da universidade.

O Programa começou com a adesão dos cursos de Agronomia, Ciências Biológicas, Ciências Sociais, Enfermagem, Medicina e Odontologia. Em 2020, o curso de Direito passou a integrar a iniciativa, seguido pelas Engenharias Ambiental e Florestal em 2021. No ano de 2022, foi a vez da Antropologia, e, mais recentemente, em 2025, Arquitetura e Psicologia passaram a ofertar vagas. Atualmente, o Programa contempla doze cursos - Agronomia, Antropologia, Arquitetura, Ciências Biológicas, Ciências Sociais, Direito,



**Das Margens ao Centro:
uma linha do tempo sobre a trajetória da presença indígena na UFMG**
Monaliza Alcantara & Claudia Mayorga

Enfermagem, Engenharia Ambiental, Engenharia Florestal, Medicina, Odontologia e Psicologia -, cada um oferecendo, anualmente, duas vagas suplementares para estudantes indígenas.

A UFMG reserva até duas vagas por curso para estudantes indígenas, conforme decisão dos colegiados de cada curso. No ano de 2024, o programa contabilizava 60 estudantes indígenas matriculados(as), correspondendo a cerca de 0,17% do total de alunos(as) da universidade. Esses(as) estudantes representam uma diversidade geográfica, abrangendo não apenas Minas Gerais, mas também regiões como Norte, Nordeste, outros estados do Sudeste e Centro-Oeste. Embora seja fundamental para a inclusão e a diversidade, os números do programa evidenciam a necessidade de fortalecimento e ampliação, visando aumentar a representatividade indígena no contexto universitário.

É fundamental conhecer e reconhecer a história das comunidades indígenas em Minas Gerais, pois isso reforça que sua presença não se limita às regiões amazônicas ou do Norte do Brasil, mas também alcança o Sudeste e, especialmente, Minas Gerais. Essa presença indígena em Minas Gerais é uma realidade histórica e contemporânea. Assim, este artigo propõe apresentar a presença indígena na UFMG por meio de uma linha do tempo (Barreto, 2015), construída a partir das lentes e vozes de minhas interlocutoras: as duas coordenadoras do Programa de Vagas Suplementares Profª Márcia Martins e Profª Andrea Serqueira (2022-2024), a Pró-reitora adjunta de Assuntos Estudantis, Profª Shirley Miranda, e a docente da Faculdade de Educação, pesquisadora e reconhecidamente referência nas ações e políticas voltadas para e com estudantes indígenas na UFMG, a Profª Ana Gomes.

Importante destacar que não se trata de uma análise historiográfica; as informações apresentadas derivam das memórias narrativas das interlocutoras, articuladas com elementos históricos e sociopolíticos do Brasil. Metodologicamente, a linha do tempo foi construída a partir da combinação de três tipos de fontes: (i) análise documental de legislações, resoluções e dados institucionais da UFMG e do Estado brasileiro; (ii) revisão bibliográfica sobre educação indígena, colonialidade e ações afirmativas no ensino superior; e (iii) narrativas orais produzidas em entrevistas



**Das Margens ao Centro:
uma linha do tempo sobre a trajetória da presença indígena na UFMG**
Monaliza Alcantara & Claudia Mayorga

semiestruturadas com quatro professoras diretamente envolvidas nas políticas de acesso e permanência indígena na UFMG. Os critérios de seleção dos eventos que compõem a linha do tempo consideraram tanto sua relevância nacional - como a Constituição de 1988 ou a Lei de Cotas de 2012-, quanto sua pertinência local - como a criação do FIEI e do Programa de Vagas Suplementares. O processo de escuta das interlocutoras privilegiou uma abordagem sensível à memória e à experiência política, reconhecendo-as como sujeitos de conhecimento e protagonistas na formulação de políticas.

A linha do tempo busca conectar o passado, o presente e futuros possíveis, oferecendo uma visão da participação política indígena na universidade, e de seu impacto sobre a presença indígena na UFMG e nas conquistas alcançadas. Antes de avançar, é fundamental situar essa análise no contexto mais amplo da presença indígena em Minas Gerais.

Povos Indígenas em Minas Gerais: Costurando histórias, memórias e presença

Neste tópico apresento um pouco da trajetória dos povos que habitam Minas Gerais. É comum contarmos e escutarmos a história do estado a partir do ciclo da mineração que se inicia entre o final do século XVII e o início do século XIX e que ainda persiste. No entanto, é preciso lembrar que, antes da invasão colonial europeia, havia gente nesta terra: a presença indígena no território mineiro é ancestral. Mas quem pode falar? Quem tem o direito de contar a história? Nos espaços de poder — como a academia, o Estado e os livros de história — as narrativas sobre sujeitos racializados costumam ser contadas por outros, sob uma lente colonial e branca.

Como afirma Grada Kilomba (2019), a quem é negado o direito de narrar sua própria história, também é negado o direito de existir plenamente. A ausência das histórias indígenas nos relatos oficiais sobre Minas Gerais não é uma omissão inocente, mas parte de uma violência epistêmica que busca apagar a presença desses povos do território. Ao contar a história do estado a partir das memórias e presenças indígenas, buscamos romper essa lógica colonial e reinscrever outros sentidos de pertencimento e existência.

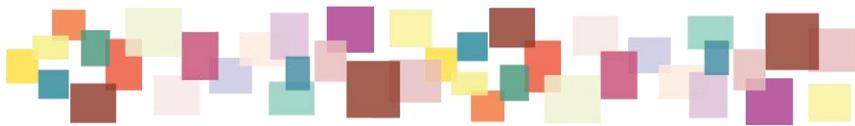


**Das Margens ao Centro:
uma linha do tempo sobre a trajetória da presença indígena na UFMG**
Monaliza Alcantara & Claudia Mayorga

Reconhecer Minas Gerais como território indígena é reconhecer a persistência de múltiplas presenças, mesmo diante do apagamento histórico promovido pela colonização. É fundamental compreender que a UFMG, ao estar localizada neste espaço, encontra-se inserida em um território ancestral que precisa ser reconhecido e respeitado. Ailton Krenak (2019) lembra que território não é apenas chão, mas também memória, espiritualidade, linguagem e modos de existir. Nesse sentido, a noção de territorialidade indígena articula dimensões materiais e simbólicas, entendendo o território como corpo coletivo e como lugar de produção de saberes (Mayorga et.al., 2024; Tupinambá, 2023; Tuxá, 2022). O território não se restringe a uma extensão geográfica: envolve ancestralidade, espiritualidade, memória e futuro. É, simultaneamente, chão, corpo e casa coletiva, constituindo o fundamento das identidades e da resistência dos povos indígenas. As lutas territoriais também são lutas epistemológicas, pois disputar o território é disputar a legitimidade de modos de conhecer e existir que foram historicamente subalternizados (Mignolo, 2003). Sob essa perspectiva, a universidade, situada sobre territórios ancestrais, é chamada a reconhecer que sua própria existência está atravessada por essas disputas, o que implica repensar sua relação com os povos indígenas não como concessão, mas como corresponsabilidade histórica e política.

Contar essa história a partir da presença indígena em Minas Gerais é, portanto, falar também sobre o território, a memória, o Cerrado e suas minas de água. Esse olhar não apenas valoriza a contribuição histórica e cultural dessas comunidades, mas também evidencia a importância de reconhecer sua presença no contexto universitário. Assim, busca-se promover maior conscientização e valorização da diversidade cultural que atravessa a identidade do estado e, por extensão, da própria UFMG.

Atualmente, em Minas Gerais, os povos indígenas estão presentes nas regiões Norte, Nordeste, Centro Oeste, Leste, Sul e Região Metropolitana. Entre eles estão: Aranã, Kamakã-Mongoió, Kaxixó, Kiriri, Krenak, Maxakali, Pankararu, Pataxó, Puri, Tuxá, Xakriabá, e Xukuru-Kariri. Diante dessa ampla presença territorial, torna-se urgente romper com a narrativa dominante que os reduz à ausência ou ao passado distante. Esses povos seguem habitando e reivindicando seus territórios, saberes e modos de vida, reafirmando sua existência mesmo diante de séculos de apagamento e violência colonial.



**Das Margens ao Centro:
uma linha do tempo sobre a trajetória da presença indígena na UFMG**
Monaliza Alcantara & Claudia Mayorga

Reconhecer essa presença plural é também reconhecer que as instituições localizadas nesse território, como a UFMG, não estão apartadas dessa história; ao contrário, fazem parte dela e por ela são interpeladas.

É a partir desse entendimento que passamos a olhar para a UFMG como território indígena. A presença indígena na universidade não resulta de concessão, mas de mobilização e resistência protagonizadas pelas próprias lideranças, que têm exigido da instituição o reconhecimento de seus direitos à educação superior. O que se apresenta a seguir é a reconstrução dessa trajetória dentro da universidade, contada a partir das memórias e narrativas de professoras comprometidas com as políticas de acesso e permanência indígena. Essas vozes ajudam a traçar, em forma de linha do tempo, os caminhos abertos - e ainda em disputa - que consolidam a presença indígena como parte viva e transformadora da história da UFMG.

Resgatar a história dos povos indígenas na universidade é um ato fundamental para confrontar a colonialidade que permeia o conhecimento acadêmico e suas instituições. A colonialidade (Bispo, 2023; Quijano, 2014), ao impor uma visão eurocêntrica e excludente, invisibilizou e marginalizou as narrativas indígenas, perpetuando desigualdades e apagamentos históricos. Incorporar essas histórias e corpos no espaço universitário é reconhecer a pluralidade epistemológica ou pluriepistemicidade (Walsh, 2009), valorizar saberes tradicionais e fortalecer a luta por justiça social e cultural. Essa perspectiva desafia a lógica monocultural do pensamento moderno/colonial (Quijano, 2014; Mignolo, 2003), ao afirmar que o território é também espaço de memória, resistência e elaboração coletiva de futuros (Walsh, 2009; Krenak, 2019; Escobar, 2016). Além disso, esse resgate contribui para a desconstrução dos paradigmas coloniais, promovendo uma universidade mais crítica, inclusiva e comprometida com a valorização da diversidade e o respeito às identidades originárias.

UFMG é território indígena: Linha do Tempo das Políticas para os povos Indígenas (1910-2022)

Falar sobre a UFMG implica, necessariamente, reconhecer a presença indígena em Minas Gerais. Essa presença foi essencial para ampliar o acesso dos(as) estudantes



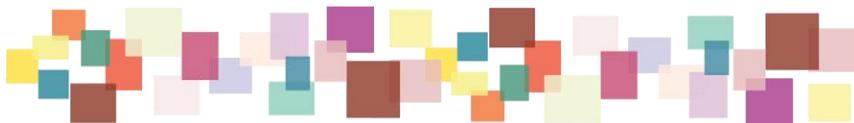
**Das Margens ao Centro:
uma linha do tempo sobre a trajetória da presença indígena na UFMG**
Monaliza Alcantara & Claudia Mayorga

indígenas à universidade. Foram as lideranças desses povos que iniciaram a luta e apresentaram suas reivindicações junto à instituição, buscando garantir suas necessidades e o direito à formação superior para suas juventudes. Assim, é inevitável reconhecer o papel que os povos indígenas desempenham na construção da própria história da universidade. Este artigo se baseia nas memórias e narrativas das docentes e também colaboradoras deste trabalho.

A linha do tempo (Barreto, 2015) apresentada a seguir foi elaborada a partir da articulação entre as narrativas das entrevistadas e da literatura consultada ao longo da pesquisa. Esse exercício insere-se na perspectiva apontada por Chauí (2000), segundo a qual, a memória coletiva no Brasil, muitas vezes, opera como esquecimento institucionalizado, apagando violências estruturais - como a escravidão, colonização, ditadura - para sustentar mitos de conciliação. O que faz com que a memória torne-se um campo de disputa política de narrativas. Como lembra Kilomba (2019), o racismo e a colonização instauram uma “amnésia cultural” que silencia histórias e produz um esquecimento forçado, cuja consequência é a manutenção das hierarquias coloniais. A memória das violências não elaboradas retorna como ferida aberta, exigindo enfrentamento para que novos horizontes de futuro sejam possíveis. Reinscrever as experiências e vozes indígenas no espaço universitário é, portanto, um gesto de ruptura com o silêncio histórico e de produção de memória política insurgente.

É nesse horizonte que se insere a linha do tempo construída neste trabalho: mais do que uma simples cronologia, trata-se de um instrumento de resistência, que reorganiza os marcos institucionais e legislativos à luz das lutas e presenças indígenas. Ao destacar eventos como a criação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), a participação indígena na Constituinte e a implementação de políticas públicas voltadas aos povos originários, evidencia-se que cada conquista está inscrita em um processo de disputa de memória e de afirmação política.

Para essa construção, integrei as experiências e reflexões das entrevistadas - cujas vozes refletem vivências e desafios diversos - à base teórica proporcionada pela literatura, em diálogo com elementos históricos do Brasil. A linha do tempo busca não apenas apresentar fatos históricos de maneira linear, mas articular as perspectivas



**Das Margens ao Centro:
uma linha do tempo sobre a trajetória da presença indígena na UFMG**
Monaliza Alcantara & Claudia Mayorga

pessoais das entrevistadas ao contexto institucional, social e político mais amplo, oferecendo uma leitura que articula questões locais e gerais sobre as lutas e resistências dos povos indígenas. Assim, destacamos os anos em que ocorreram marcos históricos da universidade e do país referentes às políticas voltadas para os povos indígenas. Sem pretender esgotar essa história, buscamos contribuir para a reconstrução da memória de lutas, articulações, mobilizações e conquistas indígenas relacionadas ao ensino superior:

1910 - Criação do Serviço de Proteção do Índio (SPI), instituído pelo Decreto nº 8.072, com o objetivo de proteger e tutelar os povos indígenas no Brasil, principalmente em relação à sua organização social, cultural e territorial. O SPI passou a ter um papel central na administração e gestão das questões indígenas durante grande parte do século XX, mas com uma abordagem tuteladora e assimilação, que visava integrar os povos indígenas à sociedade nacional, frequentemente desconsiderando suas culturas e tradições.

1927 - Fundação da UFMG, em um contexto marcado pelo surgimento das primeiras instituições de ensino superior em Minas Gerais. Inicialmente privada, a universidade resultou da junção da Faculdade de Direito, da Escola Livre de Odontologia, da Faculdade de Medicina e da Escola de Engenharia, sendo denominada como Universidade de Minas Gerais. Importante ressaltar que nesse período da década de 20 o Brasil, sob a "República Velha", experimenta a política do café com leite, alternando a presidência entre São Paulo e Minas Gerais. A insatisfação popular cresce devido à corrupção, falta de representação e desigualdades sociais, culminando em movimentos como a Aliança Liberal, que reivindicavam reformas.

1940 a 1963 - Período de significativa expansão da UFMG, marcado pela criação de novas escolas e cursos de formação. Essa expansão ocorreu durante a **Era Vargas (1930-1945)**, quando Getúlio Vargas implantou um regime de centralização do poder, promovendo políticas de modernização e industrialização, além de reformas trabalhistas que impactaram o desenvolvimento social. Dentro desse período, em 1937, o Brasil enfrentava um regime autoritário instaurado por Vargas, o Estado Novo, que limitou as liberdades civis.

1945 a 1964 - Com o fim da Segunda Guerra Mundial e a redemocratização, a UFMG continua a se expandir e consolidar como um centro importante de ensino. Esse período inclui o **governo de Juscelino Kubitschek**, que promove um plano de metas para o desenvolvimento econômico. A educação superior passa a ser vista como uma ferramenta fundamental para a formação de profissionais capacitados e valorização do conhecimento. O **Golpe Militar de 1964**, que depôs João Goulart, instaurou um regime militar que perdurou até 1985, marcando uma nova fase de



**Das Margens ao Centro:
uma linha do tempo sobre a trajetória da presença indígena na UFMG**
Monaliza Alcantara & Claudia Mayorga

repressão e autoritarismo no Brasil, evidenciando a crescente demanda por justiça social e inclusão por meio dos movimentos sociais.

1965 - Por determinação do governo federal, a **Universidade de Minas Gerais é estatizada**, tornando-se uma instituição de ensino gratuito mantida pela União, passando a ser oficialmente chamada de **Universidade Federal de Minas Gerais**.

1967 - A **Fundação Nacional do Índio (FUNAI)** instituída pela **Lei nº 5.371** durante o regime militar, em substituição ao SPI, com a missão oficial de coordenar as políticas do governo federal para os povos indígenas. Inicialmente a narrativa era de que a FUNAI seria um órgão representante do governo que protegeria os povos indígenas, mas, na prática, ela atuou principalmente no sentido de tutelar essas populações. O regime militar que estava no poder quando a FUNAI foi criada tinha uma visão de integração e assimilação dos povos indígenas à sociedade brasileira. Isso significava que, ao invés de reconhecer a autonomia dos povos indígenas, a FUNAI operava, frequentemente, de maneira paternalista, buscando "integrar" os indígenas à sociedade nacional, o que envolvia a imposição de valores e práticas ocidentais. Esse processo de integração era visto como uma forma de "civilizar" os povos.

Esse primeiro período é marcado por uma forte presença do Estado em práticas tuteladoras e assimilação, que buscavam enquadrar os povos indígenas na lógica nacional desenvolvimentista. Ao mesmo tempo, ocorre a fundação da UFMG, sem qualquer previsão de inclusão indígena. A ausência de políticas específicas de acesso ao ensino superior nesse período evidencia que os direitos indígenas eram tratados de forma marginal, subordinados a projetos de integração e controle.

1970 - Este foi o ano de surgimento de várias organizações indígenas e movimentos de defesa dos direitos dos povos indígenas como a **Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)** e o **Conselho Indigenista Missionário (CIMI)**, que começaram a articular ações políticas que começaram a pressionar o governo em favor dos direitos indígenas.

1973 - Criação do Estatuto do Índio - Lei 6.001/1973 - que estabelece normas gerais para a organização social, cultural e política dos povos indígenas no Brasil.

1988 - Promulgação da Constituição Federal Brasileira. Foi um marco importante para os direitos dos povos indígenas no Brasil. Durante a Assembleia Constituinte, houve uma ampla participação dos povos indígenas, que lutaram pela inclusão de direitos específicos para eles. O movimento indígena conseguiu incluir no texto constitucional, a partir do Art. 231, o reconhecimento das terras indígenas



**Das Margens ao Centro:
uma linha do tempo sobre a trajetória da presença indígena na UFMG**
Monaliza Alcantara & Claudia Mayorga

e a garantia do direito à educação, saúde e cultura, além da demarcação das terras. A participação indígena na Constituinte foi decisiva para a inclusão desses direitos. A partir da Constituição de 1988, as políticas públicas voltadas para os povos indígenas foram progressivamente implementadas, embora com avanços desiguais ao longo das décadas.

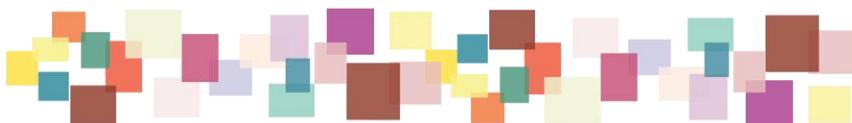
Com a criação da FUNAI, o Estado reorganizou a política indigenista, mas manteve o viés paternalista. Paralelamente, emergiram organizações indígenas e entidades de apoio, que passaram a pautar a participação política dos povos originários em âmbito nacional. A Constituinte de 1988 representa um divisor de águas, assegurando direitos territoriais, culturais e educacionais. Nesse intervalo, a UFMG expande sua estrutura, mas permanece alheia às demandas indígenas.

1990 - A década de 1990 foi marcada pela **crescente mobilização dos movimentos sociais no Brasil**, como o Movimento dos Trabalhadores, o Movimento Negro e o Movimento Feminista. Esses grupos pressionaram por direitos fundamentais, como educação, igualdade racial, direitos das mulheres e a implementação de políticas públicas inclusivas. O período também se caracterizou pela consolidação da democracia pós-ditadura militar e pela luta por mais participação cidadã e direitos iguais (Samuels, 2003).

Após a Constituição, abriu-se espaço para políticas públicas específicas e para a educação diferenciada, como a LDB de 1996 e as Diretrizes para Escolas Indígenas. Nesse período, a pressão dos movimentos sociais amplia a discussão sobre inclusão no ensino superior. O marco da primeira turma de Magistério Indígena da UFMG antecipa as lutas por formação superior indígena. A partir daí, a universidade começa a ser interpelada mais diretamente pelas lideranças indígenas.

1994 - **O Plano Real** foi implementado no Brasil para controlar a hiperinflação e estabilizar a economia do país. A criação da nova moeda, o real, e as reformas econômicas impactaram a vida cotidiana da população brasileira, inclusive no acesso a serviços e direitos, como a educação (Samuels, 2003). Ainda nesse ano Fernando Henrique Cardoso foi eleito presidente do Brasil, impulsionado pela avaliação positiva do Plano Real.

1995 - **Fernando Henrique Cardoso assumiu a presidência** e implementa políticas de estabilidade econômica e abertura do mercado, além de buscar consolidar a democracia no Brasil. Presença de forças privatistas em seu governo no



**Das Margens ao Centro:
uma linha do tempo sobre a trajetória da presença indígena na UFMG**
Monaliza Alcantara & Claudia Mayorga

que se refere ao ensino superior. O governo enfrenta desafios em relação à inclusão social e à promoção de direitos para populações historicamente marginalizadas, como os povos indígenas (Samuels, 2003).

1996 - Publicação da **Lei nº 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**, dando respaldo legal para a educação específica indígena.

1999 - Nesse ano foi instituída a **Resolução nº 3/1999**, que estabeleceu as **Diretrizes para Escolas Indígenas**. No mesmo ano, em dezembro, ocorreu a **conclusão da primeira turma de Magistério Indígena na UFMG**, cuja formação teve duração aproximada de quatro anos, finalizando em 1999. Inicialmente, a formação de professores indígenas era responsabilidade dos municípios. Contudo, entre 1996 e 1997, a Educação Indígena foi estadualizada em Minas Gerais, como resultado de intensas discussões políticas, especialmente na região de São João das Missões. Nesse período iniciam-se as discussões para ampliar o programa, buscando a criação de uma licenciatura no Ensino Superior, focada em formar professores indígenas.

2002 - **Lula foi eleito Presidente da República** pela primeira vez, representando uma mudança significativa na política brasileira. Durante seu primeiro governo, que se estendeu até 2006, o Brasil experimentou um crescimento econômico significativo. O governo de Lula também se destacou pela implementação de programas sociais que ajudaram a retirar milhões de brasileiros da extrema pobreza e a reduzir a desigualdade social. Esses avanços contribuíram para a expansão da classe média no país. No entanto, apesar dos progressos, a desigualdade ainda permanecia como uma preocupação central. Foi um período em que o Brasil passou por uma fase de transição e desenvolvimento, marcada por avanços significativos, mas também por desafios persistentes.

2006 - Criação, na UFMG, do primeiro curso de licenciatura para professores indígenas no Ensino Superior - **Curso de Formação Intercultural de Educadores Indígenas- FIEI** -, resultado de anos de discussões e negociações. Esse programa de formação surge dentro do Programa de Implantação das Escolas Indígenas de Minas Gerais (PIEI), que já vinha sendo estruturado.

2007 - **O REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais** foi instituído pelo **Decreto nº 6.096**, de 24 de abril de 2007, durante o segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Foi durante o período do REUNI, que a UFMG buscou aumentar o acesso dos estudantes da classe trabalhadora, especialmente por meio da criação de cursos noturnos, acreditando que essa seria uma solução para o problema de inclusão. A Licenciatura Indígena da UFMG se expandiu nesse período, tornando-se um curso de oferta anual. A coordenação geral do Programa de Implantação das Escolas Indígenas continuou



**Das Margens ao Centro:
uma linha do tempo sobre a trajetória da presença indígena na UFMG**
Monaliza Alcantara & Claudia Mayorga

a ser um ponto de diálogo com as lideranças indígenas sobre suas necessidades educacionais.

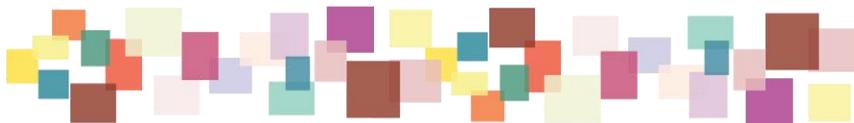
A profª Ana Gomes (2024) destaca que esse ano foi um marco, pois a demanda por um curso superior para indígenas esteve presente desde então, com uma forte mobilização de lideranças e professores(as). Isso indica a persistência do movimento indígena na busca por um maior acesso ao ensino superior e reconhecimento de suas especificidades culturais e educacionais, o que resulta em uma formação diferenciada.

Outro ponto relevante é a importância da co-gestão nas políticas públicas, exemplificada pela coordenação geral do Programa de Implantação das Escolas Indígenas, que contava com a participação ativa das lideranças indígenas. Esse modelo de gestão compartilhada destaca a colaboração essencial entre os povos indígenas e as instituições de ensino para garantir a eficácia das políticas educacionais.

2008 - Abertura de cursos noturnos na UFMG, mas com o tempo percebe-se que eles não resolveram a questão do acesso de estudantes de classes menos favorecidas, pois o ingresso continuava a refletir cortes econômicos, raciais e de classe.

2009 - Através do **Decreto nº 6.861/2009** instituem-se as **Diretrizes para Educação Escolar Indígena**. Na UFMG as licenciaturas indígenas (como o FIEI) já estavam em andamento, e paralelamente havia um debate acirrado sobre a necessidade de políticas afirmativas mais amplas. A criação de cursos noturnos era vista como uma solução insuficiente para o problema de inclusão socioeconômica. Neste período também há o início da ampliação do ensino médio nas escolas Xacriabá, com um aumento significativo de estudantes indígenas. Esse crescimento leva a demandas por mais oportunidades no ensino superior. Ainda neste ano acontece a **Primeira Conferência Nacional de Educação Indígena** (CONEI), com participação das universidades e secretarias de educação. A UFMG organiza a participação de povos indígenas de Minas Gerais. O governo do estado de Minas mantém uma postura mais distanciada das políticas federais, e a universidade se torna a principal interlocutora dos povos indígenas. Foi o período em que também o FIEI regular foi aberto, mas nos primeiros dois vestibulares, ele não é específico para indígenas, o que demonstra a resistência da universidade em aceitar que grupos como os povos indígenas tivessem um processo de seleção diferenciado.

2009 - O Brasil vivia um período de crescimento econômico, impulsionado por programas como o **Programa de Aceleração do Crescimento** (PAC), que buscava modernizar a infraestrutura do país e criar empregos. Introdução do **sistema de**



**Das Margens ao Centro:
uma linha do tempo sobre a trajetória da presença indígena na UFMG**
Monaliza Alcantara & Claudia Mayorga

bônus na UFMG como resposta à demanda por inclusão. O bônus foi uma alternativa ao oferecimento de cursos específicos ou políticas afirmativas mais amplas. A ideia era incentivar a inclusão sem criar uma divisão entre os cursos. Um grupo de parceiros italianos visitou a UFMG para discutir o financiamento de projetos voltados para os povos indígenas, incluindo iniciativas como a Casa de Cultura do povo Xakriabá.

2010 - Dilma Rousseff é eleita a primeira mulher presidente do Brasil, continuando as políticas de inclusão social iniciadas no governo de Luiz Inácio Lula da Silva. A continuidade de programas como o Bolsa Família e a ampliação de iniciativas voltadas para educação e saúde no governo Dilma. Instituição da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), vinculada ao Ministério da Saúde, com o objetivo de atender mais de 762 mil indígenas aldeados no Brasil, proporcionando cuidados de saúde específicos para essa população e centralizando as políticas públicas de saúde indígena.

No âmbito da UFMG, foi feita uma sondagem com estudantes indígenas para identificar áreas de interesse de formação além do FIEI. Mais da metade dos entrevistados demonstraram interesse em áreas de saúde (medicina, odontologia, enfermagem), enquanto outros mantiveram o foco na educação. Também foi formado o Conselho Consultivo Indígena na PROEX/UFMG, com a finalidade de garantir a representação indígena nas políticas educacionais da universidade.

2010 a 2011 - Nesse período foram votados dois programas para democratizar o acesso à universidade, de forma separada: o **Programa de bônus para estudantes de escola pública, negros e pardos** e o **Programa de Vagas Suplementares para estudantes indígenas**. A discussão sobre um vestibular específico para indígenas avança, e logo o vestibular do FIEI passa a ser exclusivo para estudantes indígenas, aprovado por unanimidade na câmara de graduação.

2012 - Aprovação da Lei de Cotas, estabelecendo uma política afirmativa nacional para garantir o ingresso de estudantes de diferentes origens socioeconômicas e étnicas nas universidades federais. Antes da aprovação da Lei de Cotas, a UFMG já havia instituído o sistema de bônus para ações afirmativas. Início do **Programa de Vagas Suplementares** para estudantes indígenas na UFMG como um projeto piloto. A proposta surge a partir de demandas da comunidade indígena, em que lideranças se reúnem com o FIEI e a UFMG para discutir a necessidade de formação em outras áreas além da licenciatura.

Após a aprovação da Lei de Cotas em 2012 e aprovação do **Programa de Vagas Suplementares**, o conselho universitário aprovou a presença de estudantes indígenas, mas decidiu que os recursos financeiros não poderiam vir do orçamento da universidade, exigindo que buscassem apoio fora. Então iniciou-se um processo de negociação com a



**Das Margens ao Centro:
uma linha do tempo sobre a trajetória da presença indígena na UFMG**
Monaliza Alcantara & Claudia Mayorga

FUNAI para concessão de 12 bolsas permitindo a entrada de 12 estudantes. O programa começou oferecendo cursos na área da saúde. A proposta incluiu a ideia de que pelo menos dois estudantes indígenas fossem colocados em cada curso para evitar o isolamento. O diálogo com as lideranças indígenas sobre a estrutura do programa reconhecendo suas limitações era frequente. Após 2012 outros cursos foram aderindo ao programa e recentemente (2025) o curso de Psicologia abriu vestibular aderiu à política.

Esse período marca o fortalecimento das políticas de inclusão social no Brasil, com reflexos diretos na UFMG. A criação do FIEI inaugura um espaço estruturado para a formação de professores indígenas, fruto de mobilização política intensa. Ao mesmo tempo, o debate sobre ações afirmativas avança, resultando no bônus e depois na Lei de Cotas. Esse conjunto de medidas abre caminho para o Programa de Vagas Suplementares, evidenciando a relação entre a mobilização indígena e a abertura institucional.

2013 - Jornadas de Junho: A insatisfação popular com o governo e as políticas públicas resultaram em protestos generalizados, com grande participação do movimento estudantil. A educação, a saúde e outros temas sociais estiveram no centro das manifestações. Neste período se destacavam as discussões sobre a continuidade da educação indígena após o ensino médio. Foram solicitadas vagas para indígenas em cursos da UFMG além da licenciatura, como uma resposta às necessidades de formação superior específica para esse público. Nesse ano, ocorre a introdução da bolsa permanência, ampliando as oportunidades de suporte financeiro para os estudantes indígenas.

2014 - Aconteceram as eleições presidenciais, foi um período de crescente polarização. **Dilma Rousseff foi reeleita** em um ambiente de forte divisão entre os eleitores, com a oposição se organizando em torno de críticas à sua gestão se aprofundava, vale ressaltar aqui a forte onda de violências misóginas que acometeram até então a primeira presidente do Brasil eleita democraticamente. Também foi o ano em que o **Plano Nacional de Educação** foi criado através da Lei nº 13.005/2014.

2016 - O cenário político se intensificou com a abertura de um processo de **Impeachment contra a presidente Dilma Rousseff**, este que foi um momento profundamente sombrio que acentuou posicionamentos fascistas e que culminou na sua destituição em agosto do mesmo ano. O impeachment, ou melhor dizendo, golpe, foi um evento com uma profunda dimensão machista que objetivou retirada compulsória de direitos, de acordo com Vieira (2022). Michel Temer assumiu a presidência, promovendo uma agenda de reformas econômicas, incluindo a



**Das Margens ao Centro:
uma linha do tempo sobre a trajetória da presença indígena na UFMG**
Monaliza Alcantara & Claudia Mayorga

Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do Teto de Gastos que atingiram diretamente a educação e a saúde pública no país e a reforma trabalhista, que afetou profundamente a classe trabalhadora urbana e rural de todo o Brasil. Neste ano, o **Programa de Vagas Suplementares para estudantes Indígenas** é oficialmente instituído na UFMG, após passar pelo Conselho Universitário e pelo Comitê de Ética com a criação da Resolução Nº 15/2016 da data do dia 30 de Agosto que regulamenta e formaliza sua implementação de caráter permanente.

2017 – A Resolução nº 06/2017, de 2 de maio de 2017, **regulamentou o Colegiado Especial do Programa de Vagas Suplementares para Estudantes Indígenas na UFMG**, estabelecido pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da universidade. O ato, fundamentado no parágrafo único do art. 57 do Estatuto da UFMG e no art. 4º da Resolução nº 15/2016 do Conselho Universitário, ratificou a criação do Programa e consolidou sua estrutura administrativa, reforçando seu caráter de política institucional voltada à inclusão de estudantes indígenas.

2018 - O Brasil passou por novas eleições presidenciais marcadas por forte polarização política e pela ascensão de novos atores políticos, incluindo o candidato **Jair Bolsonaro**, que se destacou por seus posicionamentos fascistas, LGBTQIAPN+fóbicos, machistas, racistas e elitistas. A sua passagem pela presidência fortaleceu narrativas autoritaristas, perseguições políticas, opressão e cerceamento social, além de fortalecer o agronegócio endossando a discussão sobre o marco temporal das terras indígenas. Ainda em 2020, o Brasil enfrentou a pandemia mundial da COVID- 19 que foi marcada por uma forte onda de negacionismo e desinformação promovida pelo governo de Bolsonaro, atingindo fatalmente mais de 700 mil pessoas. Segundo Wendy Brown (2019), o neoliberalismo não apenas reconfigura o Estado e o mercado, mas também enfraquece os fundamentos da democracia, abrindo espaço para a ascensão de projetos autoritários e antidemocráticos, como o que se consolidou no Brasil durante o governo Bolsonaro.

2019 - O **Programa de Vagas Suplementares** passa a vigorar de forma efetiva, com o início da primeira entrada de estudantes indígenas. A introdução da bolsa permanência trouxe um pouco mais de estabilidade para os(as) estudantes, sendo um ponto importante para a sua permanência na universidade.

2020 - Durante a **pandemia da Covid-19**, foi instituído um **Comitê Permanente com estudantes, na Pró-reitoria de Assuntos Estudantis da UFMG**, para avaliar as políticas de permanência, o que intensificou sua aproximação com a direção da assistência estudantil e, posteriormente, a pró-reitoria.

2021 - **Criação do Coletivo de Estudantes Indígenas (COLEI) da UFMG**, formado por estudantes indígenas ingressantes pelo Programa de Vagas Suplementares. Trata-se de um coletivo plural, que expressa a diversidade étnica, territorial e



**Das Margens ao Centro:
uma linha do tempo sobre a trajetória da presença indígena na UFMG**
Monaliza Alcantara & Claudia Mayorga

política dos povos indígenas presentes na universidade, fortalecendo espaços de articulação, apoio mútuo e luta por direitos.

2022 - Acontecem as eleições presidenciais em que **o presidente Luiz Inácio Lula da Silva é reeleito**. Representava boa parte da esquerda, com a proposta de retomada de políticas sociais, fortalecimento do Estado, combate à desigualdade e um discurso mais progressista. Em 2022, os movimentos indígenas e de proteção ambiental ganharam força, especialmente à medida que as políticas de desmonte da FUNAI e de redução de fiscalização ambiental no governo Bolsonaro se intensificaram. Indígenas e ambientalistas, com apoio de setores progressistas, buscaram garantir a proteção dos direitos territoriais indígenas e a preservação da Amazônia. A **criação do Ministério dos Povos Indígenas**, no final de 2022, no contexto da vitória de Lula, foi um ponto importante. O ministério visa fortalecer as políticas públicas para os povos indígenas e garantir mais autonomia e representatividade política para esses grupos.

Com a Lei de Cotas e a institucionalização do Programa de Vagas Suplementares, a presença indígena na UFMG passou a ter maior visibilidade e consistência. Ainda assim, os desafios da permanência persistem, exigindo iniciativas como bolsas, coletivos estudantis e Casas Bioma. Esse período é marcado por disputas políticas intensas: de um lado, retrocessos durante o governo Bolsonaro; de outro, conquistas históricas como a criação do Ministério dos Povos Indígenas. Nesse contexto, a universidade é cada vez mais chamada a reconhecer a territorialidade indígena como parte constitutiva de sua própria identidade.

A elaboração de uma linha do tempo sobre as políticas voltadas para os povos indígenas no ensino superior é fundamental para compreender os avanços, retrocessos e disputas que marcaram a inserção desses sujeitos historicamente marginalizados no sistema universitário brasileiro. Esse recurso permite visualizar, de maneira cronológica e crítica, os marcos legais, programas institucionais, ações afirmativas e mobilizações sociais que sustentaram o ingresso e a permanência de estudantes indígenas. Além disso, evidencia o protagonismo dos movimentos indígenas na formulação e reivindicação dessas políticas, contestando a ideia de que os avanços ocorreram apenas por concessão estatal. Trata-se, portanto, de um instrumento analítico e pedagógico que favorece a memória política, a responsabilização institucional e a valorização da diversidade epistêmica no ensino superior.



**Das Margens ao Centro:
uma linha do tempo sobre a trajetória da presença indígena na UFMG**
Monaliza Alcantara & Claudia Mayorga

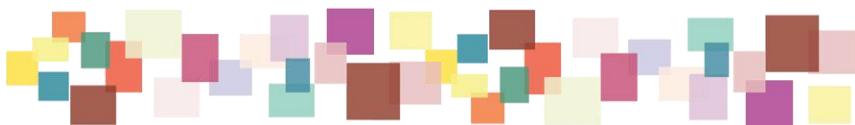
Assim, a construção de uma linha do tempo das políticas voltadas aos povos indígenas no ensino superior permite visualizar não apenas os marcos institucionais e legais, mas também o protagonismo dos próprios sujeitos indígenas na luta por reconhecimento, acesso e permanência. Como apontam autores como Gersem Baniwa (2006) e Daniel Munduruku (2017), a trajetória da educação indígena nas universidades revela uma história de resistência que desafia a lógica assimilacionista do modelo escolar dominante, propondo uma educação concebida como projeto político coletivo, centrado na diferença, na ancestralidade e na autodeterminação.

Na UFMG, experiências como o Curso de Formação Intercultural para Educadores Indígenas (FIEI) e o Programa de Vagas Suplementares exemplificam os diferentes caminhos que possibilitam o ingresso de estudantes indígenas, ao mesmo tempo em que evidenciam desigualdades internas de acesso. O FIEI, por exemplo, mostra-se mais acessível devido à sua forma de organização e inscrição. No entanto, ambos os programas enfrentam desafios para assegurar uma permanência efetiva e culturalmente sensível. Iniciativas como o Coletivo de Estudantes Indígenas (COLEI) e o apoio da PRAE têm fortalecido o protagonismo estudantil, embora encontrem limites em uma estrutura universitária que, em muitos aspectos, permanece inflexível e excludente.

A presença indígena tensiona a universidade a reconhecer outros modos de existir, de produzir conhecimento e se organizar politicamente. Essa presença, contudo, desafia uma instituição historicamente moldada para excluir esses sujeitos (Baniwa, 2006; Munduruku, 2017). Por isso, as políticas afirmativas não podem ser compreendidas como concessões, mas como reparações diante de um racismo estrutural que, como lembra Lélia Gonzalez (2020), opera de forma velada e persistente. Em síntese, a linha do tempo vai além de um instrumento cronológico: trata-se de um recurso político que evidencia que os avanços conquistados resultam de luta, denúncia e reexistência dos povos indígenas no ensino superior.

Considerações Finais

A construção da linha do tempo das políticas voltadas para os povos indígenas no ensino superior, com foco na trajetória da UFMG, evidencia que o acesso e a permanência



**Das Margens ao Centro:
uma linha do tempo sobre a trajetória da presença indígena na UFMG**
Monaliza Alcantara & Claudia Mayorga

de estudantes indígenas nas universidades brasileiras não resultam de concessões espontâneas, mas de longos processos de mobilização, negociação e resistência. Desde a fundação da UFMG, em 1927, até o reconhecimento formal do Programa de Vagas Suplementares, em 2016, esse percurso foi marcado por disputas políticas, transformações institucionais e pela persistência de lideranças indígenas em reivindicar seus direitos educacionais. Tal processo reflete a atuação dos povos indígenas como agentes históricos na formulação de políticas públicas e na reconfiguração das universidades como espaços pluriepistêmicos, ainda que os avanços do neoliberalismo siga colocando grandes desafios para o direito à educação em todos os níveis como nos apontam **Caetano et. al. (2025)**.

Ao articular memórias orais de professoras e militantes com marcos legislativos e conjunturas sociopolíticas nacionais, o estudo evidencia como as experiências locais estão entrelaçadas a processos históricos mais amplos, como a Constituição de 1988, a criação da FUNAI, a promulgação da **Lei de Cotas (2012)** e a emergência do Ministério dos Povos Indígenas (2022). A linha do tempo mostra que os avanços nas políticas de inclusão educacional indígena ocorreram, em geral, em contextos de maior abertura democrática e expansão dos direitos sociais, ao passo que períodos de autoritarismo e austeridade promoveram retrocessos e ameaças aos direitos conquistados. Esse panorama reforça a necessidade de compreender a educação indígena no ensino superior como parte de uma luta contínua por reconhecimento, reparação histórica e justiça social.

Além de registrar os marcos históricos, a linha do tempo evidencia a importância da escuta e do diálogo intercultural para a formulação de políticas mais sensíveis às especificidades dos povos indígenas. Os exemplos do FIEI, do Programa de Vagas Suplementares e das Casas Bioma evidenciam que a construção de espaços institucionais de co-gestão e de representação indígena dentro da universidade é fundamental não apenas para garantir o acesso, mas também para promover a permanência, a valorização dos saberes originários e a transformação da cultura universitária. As falas das professoras entrevistadas reforçam o papel ativo dos sujeitos indígenas na produção de conhecimento, no enfrentamento às desigualdades e na criação de novas epistemologias para pensar o ensino superior.



**Das Margens ao Centro:
uma linha do tempo sobre a trajetória da presença indígena na UFMG**
Monaliza Alcantara & Claudia Mayorga

Por fim, o trabalho reafirma que a UFMG, ao ser tensionada por esses processos históricos e políticos, é também território indígena. A linha do tempo aqui apresentada vai além de simples registro cronológico: constitui um exercício de memória política e reconhecimento das lutas que sustentam a presença indígena na universidade. Ao documentar e visibilizar essas trajetórias, o estudo contribui para a descolonização das instituições de ensino, convocando pesquisadores, gestoras(es) e estudantes a se comprometerem com uma universidade verdadeiramente diversa, democrática e antirracista. Esse compromisso exige assumir a universidade como espaço que recebe epistemologias plurais em que diferentes matrizes de conhecimento possam dialogar em condições de dignidade. A presença indígena tensiona a monocultura eurocêntrica do saber (Nuñez, 2022) e amplia o horizonte institucional, convertendo a universidade em espaço de interculturalidade e de justiça cognitiva. A memória das lutas indígenas por acesso e permanência no ensino superior deve, portanto, ser compreendida como parte integrante da história da UFMG e da luta por justiça social no Brasil.

Referências

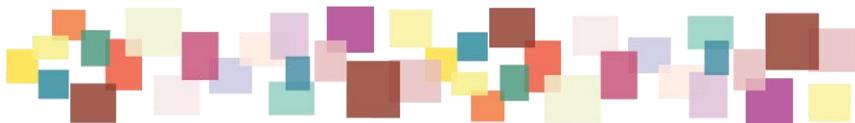
ALCANTARA, Monaliza Silva. **Honrar as raízes é plantar as sementes para um novo reflorestar: Trajetórias de permanência, movimentos de resistência e contracolonialidade de estudantes indígenas na Universidade Federal de Minas Gerais** (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2025.

Associação Nacional de Ação Indigenista (ANAI). **Povos indígenas em Minas Gerais**. Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas e Espírito Santo. Recuperado em 14 julho 2025, de <https://anaind.org.br/povos-indigenas/minas-gerais/> (s.d.).

Baniwa, Gersem. **O índio brasileiro: O que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: MEC/SECAD, 2006.

BARRETO, Letícia. Cardoso. **Somos sujeitas políticas de nossa própria história: Prostituição e feminismos em Belo Horizonte** (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

Bispo, Antonio Nego. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora, 2023.



**Das Margens ao Centro:
uma linha do tempo sobre a trajetória da presença indígena na UFMG**
Monaliza Alcantara & Claudia Mayorga

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 24 abr. 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 4 nov. 2025.

BRASIL. Decreto nº 6.861, de 27 de maio de 2009. Dispõe sobre a Educação Escolar Indígena, define sua organização em territórios etnoeducacionais, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 27 maio 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/decreto/d6861.htm. Acesso em: 4 nov. 2025.

BRASIL. Decreto nº 8.072, de 20 de junho de 1910. Crê o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais e aprova o respectivo regulamento. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 20 jun. 1910.

BRASIL. Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967. Autoriza a instituição da “Fundação Nacional do Índio” e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 5 dez. 1967.

BRASIL. Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 19 dez. 1973. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm. Acesso em: 4 nov. 2025.

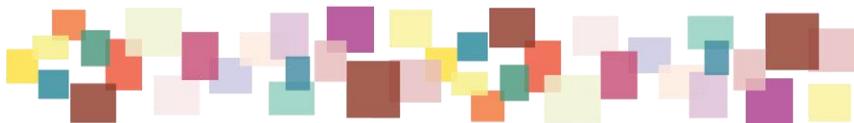
BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 4 nov. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 29 ago. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 4 nov. 2025.

Brown, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: A ascensão da política antidemocrática no Ocidente**. São Paulo: Politeia, 2019.

Caetano, Priscila Gonçalves; Luigi Junior, Ricardo Abrate; Frigério, Regina Célia. **Neoliberalismo e Educação: uma análise da Reforma do Ensino Médio e da Base Nacional Comum Curricular na Geografia Escolar**. São Carlos: Áskesis: Revista de Filosofia, v. 14, n. 1, p. 83-102, 2025.

Chauí, Marilena. **Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.



**Das Margens ao Centro:
uma linha do tempo sobre a trajetória da presença indígena na UFMG**
Monaliza Alcantara & Claudia Mayorga

Diretoria de Avaliação Institucional. **UFMG em números**. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. Recuperado de <https://ufmg.br/a-universidade/dados-e-indicadores/ufmg-em-numeros> (2021).

Escobar, Arturo. **Sentir-pensar con la Tierra: Nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia**. Medellín: Ediciones UNAULA, 2016.

Formação Intercultural de Educadores Indígenas (FIEI). **O curso**. Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte. Recuperado de <https://fiei.fae.ufmg.br/> (s.d.).

Gomes, Ana. *Entrevista narrativa concedida a Monaliza Silva de Alcantara sobre trajetórias de permanência e resistência de estudantes indígenas na UFMG*. Entrevista realizada via Google Meet, 17 abr. 2023, 9h-10h15.

Gonzalez, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano** (F. Rios & M. Lima, Orgs.). Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

Kilomba, Grada. **Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano** (J. Oliveira & S. Oliveira, Trads.). São Paulo: Cobogó, 2019.

Krenak, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Mayorga, Claudia, Santos, Amanda & Miranda, Aquila Bruno. Contributions of Afro-Pindoramic thought to the decolonial turn in community psychology. In C. C. Sonn, J. S. Fernández, J. F. Moura Jr., M. E. Madyaningrum, & N. Malherbe (Orgs.), **Handbook of decolonial community psychology** (pp. 443-458). Cham, Suíça: Springer, 2024.

Mignolo, Walter. **Histórias locais / projetos globais: Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

Munduruku, Daniel. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 2017.

Núñez, Geni. Descolonização do pensamento psicológico. **Boletim do Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina**, 6-11. Florianópolis: CRP-SC. Recuperado de https://crpsc.org.br/public/images/boletins/crp-sc_plural-agosto%20Geni.pdf (2022).

Quijano, Anibal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In A. Quijano, **Cuestiones y horizontes: De la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder** (pp. 777-832). Buenos Aires: CLACSO, 2014.

Samuels, David. A economia política da reforma macroeconômica no Brasil, 1995-2002. **Revista de Ciências Sociais**, 46(4), 805-835. Rio de Janeiro, 2003.



Das Margens ao Centro:

uma linha do tempo sobre a trajetória da presença indígena na UFMG

Monaliza Alcantara & Claudia Mayorga

Tupinambá, Glicéria. O território sonha. In F. Carnevalli et al. (Orgs.), **Terra: Antologia afro-indígena** (pp. 145–156). São Paulo: Ubu Editora, 2023.

Tuxá, Itaynara. Territorialidade e subjetividade: Um caminho de retomada do ser. In ABIPSI (Org.), **Pintando a psicologia de jenipapo e urucum: Narrativas de indígenas psicólogos(as) do Brasil** (pp. 13–20). Porto Alegre: Casa Leiria, 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Resolução nº 06, de 2 de maio de 2017. Regulamenta o Colegiado Especial do Programa de Vagas Suplementares para Estudantes Indígenas na UFMG. Belo Horizonte: UFMG, 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Resolução nº 15, de 30 de agosto de 2016. Institui, em caráter permanente, o Programa de Vagas Suplementares para Estudantes Indígenas na UFMG e revoga a Resolução do Conselho Universitário nº 07, de 9 jun. 2009. Belo Horizonte: UFMG, 2016.

Vieira, Liliane Cirino. **Mulheres no poder: A dimensão machista na trama do golpe contra Dilma Rousseff** (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2022.

Walsh, Catherine. **Interculturalidad, Estado, Sociedad: Luchas (de)coloniales de nuestra época**. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar; Ediciones Abya-Yala, 2009.

Data de recebimento: 17/07/2025

Data de aceite: 06/11/2025

Como citar este artigo de acordo com a ABNT:
ALCANTARA, Monaliza Silva de. Das Margens ao Centro: Uma linha do tempo sobre a trajetória da presença indígena na UFMG. **Áskesis**, São Carlos, v. 14, n. 2, p. 208-232, jul./dez. 2025. DOI: 10.14244/2238-3069.2025/31.